

para foram, sem nada. No entanto, não revê os incentivos fiscais - V.Exa. é um dos que fala sempre nisso - mesmo aqueles que não dão retorno. Ponto um.

Ponto dois: não apoia projetos, como o que V.Exa. fez e outros deputados também da oposição fizeram, para aumentar a arrecadação. Normalmente, quem faz isso é o Governo, porque tudo de taxar é impopular. Então, o Governo que quer dinheiro é que faz. Não. Aqui é ao contrário. Muitas vezes é a oposição que faz projetos para aumentar a arrecadação, mas o Governo bloqueia.

Terceiro: houve aquela história da Cedae, uns 12 ou 13 bi, V.Exa. tem os números aí na cabeça, e isso ao invés de servir para criar um amparo para as aposentadorias, para as crises etc., foi tudo torrado em plena campanha eleitoral. E depois, claro, sem cortar benefício fiscal, sem aprovar projeto que aumenta a arrecadação, que é a oposição que faz, é o contrário, e torrando aquele recurso extra, depois é muito fácil chegar e dizer - tenho que tirar o dinheiro do Fundo da Habitação, do Fundo Ambiente etc.

Então, eu saúdo V.Exa. porque sendo um deputado de oposição, como eu sou também, se preocupa com a arrecadação; deveria ser uma preocupação do Governo. Não, o Governo quer é cortar. Na hora de arrecadar ou cortar subsídios, ele olha para cima e faz aquele olhar de paisagem.

Parabéns, Deputado Luiz Paulo, que é da oposição, mas se preocupa com receita.

O SR. LUIZ PAULO - Muito obrigado, Deputado Carlos Minc.

Aí, Sr. Presidente, para concluir, eu vou reforçar aqui que há como, ainda este ano, aumentar as receitas do Estado, basta que se tenha vontade para fazer isso, porque senão nós vamos perder pelo princípio da anualidade a possibilidade de algumas dessas leis entrarem em vigor a partir do ano que vem. Sempre que você cria um tributo ou aumenta um tributo ou uma taxa, tem o princípio da anualidade: tem que aprovar em um ano para valer no ano seguinte; e tem o princípio nonagesimal, que se for aprovado no final do ano, em dezembro, passa 90 dias para entrar em vigor no ano seguinte.

Dito isso, Sr. Presidente, quando o Presidente Bolsonaro editou as Leis Complementares 192 e 194, e 1º de setembro de 2021, ele reduziu as alíquotas modais de ICMS em dois pontos percentuais. Eu digo modal porque não são iguais em todos os Estados. Aqui é 18; mas pode ter um Estado com 17; outro, com 18. Ele se referiu à alíquota-base de cada Estado. A nossa caiu para 18. A de Energia, Telecomunicações e Combustíveis era de 30. Aí, veio o Supremo e disse que alíquotas modais de ICMS sobre bens e serviços essenciais tinham que ser, no máximo, 18%.

Foi editada a Lei, há 15 dias, pelo Presidente Lula, que revogou dois dispositivos da 192 e 194, que falavam no mesmo sentido da decisão do Supremo, que foi *a posteriori*. Com isso, nós podemos aumentar a alíquota modal. Dezesseite Estados federativos fizeram isso. Na média, o Brasil está praticando 20% de alíquota modal.

Se aumentarmos dois pontos percentuais na nossa, por baixo, arrecadamos - não só o Estado, mas também os municípios, porque há os 25% dos municípios -, no mínimo, mais R\$1.5 bilhão. Essa é a primeira proposta.

Segunda proposta: criar o conceito de devedor contumaz.

A Deputada Lucinha, ontem, fez uma crítica dura à dívida ativa do Estado. Entra muito pouco. De R\$140 bilhões, entram R\$300, R\$400 milhões por ano de dívida ativa. Mas a dívida ativa tem um problema: quem está na Justiça demandando contra o Estado tem certidão positiva, quer dizer, é devedor com caráter negativo por causa do dispositivo do Código Tributário Nacional.

Se definimos o conceito de devedor contumaz, conseguimos decidir que aquele que usa o planejamento tributário ou recurso à Justiça de forma sistêmica é devedor contumaz. Por via de consequência, perde diversas benesses, porque passa a ser devedor. Uma das benesses que perde é a de não ter mais direito ao incentivo fiscal. Além do mais, pode até sofrer uma ação por sonegação.

A terceira proposta - e há Projeto de Lei tramitando na Casa, do Canella junto comigo. A Sra. Deputada Célia Jordão já pediu urgência. Existe a questão da transação tributária, que também aqui tramita; já houve audiência pública na Comissão de Tributação, Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização dos Tributos Estaduais, mas nem sinal de horizonte para ela.

Além do mais, o Estado do Rio de Janeiro tem 31% de inadimplência no IPVA. Nosso IPVA é caro: 4% do valor do veículo. É uma inadimplência do arco da velha.

Por que não podemos reproduzir o que fizemos em 2022 e que custou tanto a regulamentar? Houve um curto período, do programa Recupera IPVA, em que era dado ao consumidor o direito de abater parte dos juros e mora e pagar parceladamente a sua dívida. Ia entrar dinheiro para os cofres públicos.

Quatro. É um Projeto de Lei de minha autoria. É só pautar, seria aprovado facilmente, desde que o governo queira, que é a taxa de fiscalização ambiental em trabalhos de exploração de petróleo e gás. O projeto está pronto, revisado pela Procuradoria, pelo Inea. No ano passado, foi derrotado em plenário, no auge da supremacia que o governo tinha no Parlamento.

É muito dinheiro para botar nos cofres públicos? Não. Vai fortalecer o Inea, Deputado Carlos Minc, e fortalecer a fiscalização da própria Fazenda. É muito dinheiro? Não. Mas são uns R\$300 milhões. Isso faz toda a para esses dois setores. Além do mais - não paro aí - nós podemos novamente ter um programa especial de parcelamento de créditos tributários. Tivemos em 2021 um deles, chamou-se PEP do ICMS, que teve grande êxito. Por que não o repetir?

E, finalmente, aguardo aqui ansiosamente que até o início de dezembro a reforma tributária seja promulgada, porque na hora em que promulgar tenho certeza de que o Deputado Rodrigo Amorim, Presidente da CCJ - já falei sobre isso com o Deputado Rodrigo Baccellar - trará à pauta o projeto, que já entrei em agosto, que mexe no IPVA do estado, para cobrar IPVA dos muitos ricos, IPVA em cima de embarcações de passeio e jatinhos do Executivo.

Ontem foi dito aqui por uma parlamentar do PSOL que é bandeira do PSOL taxar os ricos; também é a nossa. Então, olha quanto caminho existe para aumentarmos a nossa receita, mas tem que ser decidido antes de acabar o ano, porque senão tudo que fizermos no ano que vem, evidentemente se mexer em alíquota, só pode valer para o ano de 2025.

Então, Sr. Presidente, fiz questão de discutir a matéria, porque acho que esses temas que aqui levantei são absolutamente pertinentes, e espero que tudo aquilo que temos falado aqui, não só eu, mas outros parlamentares também, possa ter eco. Se estamos com uma crise de despesa, despesa está maior que a receita, é claro que todo mundo vai dizer assim: “aperta o cinto”. Sim, mas o lado oposto disso é: aumenta a receita. E a outra forma final de aumentar a receita, além dessas que eu trouxe aqui, é verdadeiramente, não fogos de artifício, como tenho visto, mas combater a sonegação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - Obrigado, Deputado Luiz Paulo.

Para discutir a matéria, tem a palavra a Deputada Elika Takimoto.

A SRA. ELIKA TAKIMOTO (Para discutir a matéria) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoas que nos assistem em Casa pela TV Alerj, boa tarde. Antes de tudo, quero destacar que o debate sobre o Orçamento do nosso estado merece muita atenção de todas as pessoas, e é necessário o entendimento sobre o que está sendo discutido aqui, porque vai mexer com a vida de toda a população fluminense.

Estamos discutindo, desde ontem, três coisas aqui na Alerj: o Plano de Desenvolvimento Estratégico, que serve para os próximos 8 anos; o Plano Plurianual, que cobre de 2023 a 2027; e a Lei de Orçamento Anual para 2024. Todos estão intimamente ligados, como estamos vendo aqui.

O primeiro, o PEDES, que o Plano de Desenvolvimento Estratégico, é uma espécie de fio condutor. É um plano estratégico com características de plano de estado, que aponta onde queremos estar

nos próximos 8 anos. O PPA, que é o Plano Plurianual, que cobre de 2023 a 2027, orienta ações programadas, orienta metas, iniciativas que o governo deve perseguir nos próximos 4 anos. E a LOA, que é a Lei do Orçamento Anual para 2024, uma lei orçamentária, mostra em termos quantitativos qual a estimativa de receitas e fixa as despesas para o próximo ano. E o cenário é extremamente preocupante, porque o governo Cláudio Castro demonstra perda de capacidade de conduzir uma gestão fiscal eficiente no nosso estado. E eu não estou tirando isso da minha cabeça. Eu estou no meu primeiro mandato aqui e muito atenta aos documentos que estão tramitando nessa Casa.

Então vejam vocês, vejam bem, votamos a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO, em 30 de junho deste ano, cuja previsão de déficits era de 3.5 bi. E agora, em setembro, a projeção do projeto de lei do orçamento anual é de 8.5 bi. Temos um salto de cinco bilhões. Não estamos falando de cinco reais, de cinco mil reais, de cinco milhões, estamos falando de cinco bilhões, esse salto. Então, cabe destacar que mesmo sem o pagamento do serviço da dívida com a União, que é cerca de seis bi, como falou muito bem o deputado que me antecedeu, Deputado Luiz Paulo, o nosso estado já estaria deficitário em cerca de dois bilhões.

E eu fico aqui me perguntando o que está acontecendo, afinal. É preocupante porque já vimos isso acontecer. Apenas dois anos atrás o estado arrecadou 23 bilhões de reais com a concessão de serviço de fornecimento de água e saneamento da Cedae, com um requisito para reforçar o caixa e prover os serviços públicos essenciais.

Então, em setembro desse ano, vejam vocês, os jornais noticiaram que uma agência de classificação de risco elevou a nota a longo prazo do Rio de Janeiro alegando que o novo Regime de Recuperação Fiscal permite o pagamento da dívida com o governo federal. E, ao mesmo tempo, a manutenção dos serviços públicos e o pagamento em dia dos seus funcionários. Aí, o governador também celebrou a notícia e afirmou: “O Rio de Janeiro passa por um momento de reestruturação e como exemplo está o compromisso do nosso governo na gestão das finanças públicas. A nova classificação do estado nos mostra que estamos no caminho certo”. Ora, se há sustentabilidade fiscal, então, por que, na semana passada o governo enviou projetos de lei para essa Casa que pretendiam desvincular todos os fundos especiais do estado para pagar a folha de pagamento e encargos sociais? Essas são despesas obrigatórias e constitucionais, e devem ser cobertas pelo Tesouro Estadual. Ou seja, seu caixa único com receitas de impostos arrecadados.

Traduzindo para você que está em casa, e eu aqui tentando ser bem didática. O governador alegou que não havia dinheiro para pagar servidor e está raspando o tacho sem apresentar uma solução para que esses déficits diminuam. “Ah, mas, Deputada Elika, mas não tem como aumentar, elevar essa arrecadação?” Tem, sim. Inclusive nós parlamentares temos várias propostas para isso, e eu destaco o nome do colega que me antecedeu, Deputado Luiz Paulo, que tem PLS aqui para elevar a alíquota do imposto sobre a fabricação de bebidas açucaradas, como se fez em Minas Gerais e em São Paulo, também. A cobrança do IPVA sobre bens de luxo, como lanchas, helicópteros. Temos que rediscutir os benefícios fiscais na ordem de 24 bilhões que desonera empresas sem necessariamente termos o acompanhamento apurado dos retornos à sociedade por meio da geração de emprego e renda.

Outro ponto é a renegociação. E atenção aqui. Se o governo do estado quer renegociar com o governo federal, por que não chama os devedores do estado para conversar e buscar soluções para essas dívidas? A Alerj pode ajudar muito nesse processo, basta o governo ouvir e ter vontade política de ter um novo rumo. Porém, as medidas apresentadas só estão enxugando gelo.

O projeto de lei que apresenta o Plano Plurianual, o PPA, ele traz uma programação mais enxuta. Ele agrupa os outros projetos. E, no entanto, nós temos que aperfeiçoar as formas de acompanhamento das ações nos territórios, um papel que a Alerj pode e deve desempenhar conforme sugerido ontem pela nobre colega Deputada Lucinha e o Deputado Cozzolino. A arrecadação do estado vai subir quando a atividade econômica tiver dinamismo.

Por isso, é tão importante a sinergia entre o PPA e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Social, o Pedes.

As várias regiões do Estado tem vocações econômicas muito potentes. E em parceria com o Governo Lula, que já anunciou investimentos em torno de 340 bi do novo PAC, podemos desenvolver infraestruturas importantes para o Rio de Janeiro ajudar no crescimento do Brasil.

Alíás, temos que discutir a fixação da cadeia produtiva no Estado do Rio de Janeiro, ou seja, só exportar petróleo não resolve. Temos que estimular o desenvolvimento regional e a cooperação tecnológica em nosso Estado. Por isso, eu protocolei um projeto de lei que dispõe sobre a política estadual de fomento à economia da cooperação, como um instrumento de promoção do desenvolvimento econômico do Estado na valorização e fortalecimento de cadeias e arranjos produtivos locais. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Social, o Pedes, como instrumento indutor de política, deve ser o orientador econômico e político que organize e agrupe as vocações da economia regional. E os oito eixos e complexos econômicos propostos no projeto e enviados pelo Governo à Alerj devem ser conectados e integrados a um plano de execução, mostrando os passos e as macro propostas a serem implementadas pelos governos através dos planos plurianuais.

Nós, da bancada do PT somos oposição. Temos muita preocupação com a situação fiscal e temos responsabilidade com o povo do nosso Estado, lutando e protegendo o futuro de nossas gerações. Por mais que o Governo Lula invista no Estado do Rio de Janeiro através de expressivo investimento projetado pelo PAC, estenda a mão e tenha o Rio como estratégico, o Governo Cláudio Castro deve honrar com seus compromissos com a população e mostrar um real plano de ação para cumprir as políticas públicas tão importantes para melhorar a vida do nosso povo.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Brazão) - Parabéns, Deputada Elika Takimoto.

Para discutir a matéria, tem a palavra o Deputado Vinícius Cozzolino.

O SR. VINÍCIUS COZZOLINO (Para discutir a matéria) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, servidores desta Casa, telespectadores da TV Alerj e demais pessoas que conseguem me ouvir, boa tarde. Nós estamos a discutir a lei orçamentária para o próximo exercício, e eu aqui quero abordar uma questão, eu diria mais “light”. Todos nós já sabemos do déficit, que é uma grande preocupação apontado em 8,5 bilhões, mas falando em juventude eu trago aqui uma pauta que é importante a todos, porque aborda o futuro do nosso Estado, da nossa nação.

Na segunda-feira, nós tivemos a oportunidade de instalar no plenário desta Casa, eu tive a companhia da Deputada Dani Balbi, a Frente Parlamentar da Juventude, que conta também com os Deputados Andrezinho Ceciliano, Giselle Monteiro, Felipeinho Ravis. Uma das nossas preocupações em relação à pauta da juventude é a aplicação do Fundo Estadual da Juventude, o Funjovem, criado em 2021, pela Lei Complementar 190.

Esse fundo é constituído basicamente, Deputado Andrezinho, por receitas do FECP, o Fundo de Combate à Pobreza - 6% dos recursos destinados ao FECP, que sejam provenientes da industrialização de bebidas e do fumo são destinados ao Funjovem. Ocorre que o Funjovem não tem tudo nenhuma execução orçamentária. Não se empenha, não se liquida e não se paga nada. Em 2022, o orçamento inicial previsto para esse fundo era de 64 milhões de reais e depois com o contingenciamento passou para apenas cinco mil reais.

Já em 2023, no presente exercício, Deputado Dionísio, nós temos uma previsão inicial de 6,2 milhões de reais e, para 2024, na lei que nós estamos aqui discutindo, a previsão é de 5,2 milhões de reais, uma queda de 5%. Mas pouco importam essas dotações iniciais ou o que depois é contingenciado, porque nada vem sendo executado - como eu já disse, são recursos teóricos que não se materializam.

Além da parte orçamentária, não há qualquer disponibilidade financeira no FunJovem, ou seja, o que era para ser uma ação automática do Tesouro, de repassar os recursos do Fecp com a devida proveniência para o FunJovem também não vem ocorrendo, o que significa zero real transferido. Por isso, eu tive o cuidado de fazer a seguinte solicitação à Secretaria Estadual de Fazenda - aliás, eu estou solicitando hoje e já aproveito para solicitar à Mesa a publicação do Ofício nº207/2023/GDVC, nos Anais da Alerj, pois trata da *Solicitação De Informações Da Destinação Do Fundo De Combate À Pobreza Ao Fundo Estadual Da Juventude Do Estado Do Rio De Janeiro*.

Por que eu estou falando sobre esse tema? Pode parecer irrelevante, mas, a Deputada Verônica sabe que não é porque o Fundo Estadual da Juventude financia projetos elaborados por coletivos, movimentos sociais de juventude além de projetos voltados para a juventude dos municípios.

A Deputada Elika acabou aqui de mencionar a proposta do PPA sobre a regionalização dos recursos. Parabeno já o Governo por essa iniciativa, de suma importância para o interior do Estado.

Todos estamos observando, Deputado Dionísio, os esforços do Governador em promover as políticas de juventude. Foi criada a Secretaria Intergeracional de Juventude e Envelhecimento Saudável. Estão sendo reabertos os centros de referência da juventude, os CR-Js. Quero até parabenizar o Secretário de Estado Alexandre Esquerdo pela condução do tema, que tem sido brilhante, mas, quando existe um aperto fiscal, um dos primeiros temas a sofrerem corte são as políticas de juventude, como se não fossem importantes e como se não representassem o futuro da nossa cidadania.

Na última quinta-feira, eu tive a oportunidade de participar da abertura da 4ª Conferência Estadual de Juventude, que se findou no último domingo e elegeu os delegados do Estado do Rio de Janeiro para a Conferência Nacional que ainda vai ocorrer. Causou-me espanto saber que há 8 anos não era realizada a Conferência Estadual de Juventude justamente por conta dessa dificuldade orçamentária.

Então, já que esta Casa, num louvável acordo entre o Governo e a oposição, manteve o FunJovem sem desvinculação junto com outros importantes fundos, como o Fehis, o Fundo da Mulher, espero que façamos valer as receitas que o financiam. Tenho certeza de que o Governador Cláudio Castro e o Secretário de Estado de Fazenda terão a sensibilidade de fazer valer essa finalidade tão importante.

Ainda na discussão da LOA, uma questão que vem sendo aqui abordada pelos Deputados: os benefícios fiscais. O Deputado Luiz Paulo trouxe muito precisamente a informação sobre a reforma tributária, que vai acabar com os benefícios, mas, Deputado Luiz Paulo, me corrija se eu estiver errado, a reforma tributária só vai ser completamente aplicada a partir do ano de 2033. Porém, já para o próximo ano nós temos um déficit previsto de 8.5 bilhões de reais. É uma preocupação de todos nós fazer com que o governo enfrente essa dificuldade da forma mais suave possível.

Concedo o aparte ao Exmo. Sr. Deputado Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO - É verdade, V.Exa. tem razão, são sete anos de transição. Então, o ICMS estará extinto em 2033, mas, como começará a haver compensações em relação a quem perdeu o incentivo a partir de 2025, entendo eu que as leis complementares que regulamentarão não permitirão - a partir dessa data, já que se começou a compensar quem perdeu - que se tenha mais outros benefícios fiscais. Só para esclarecer a V. Exa.

O SR. VINÍCIUS COZZOLINO - É, e no caso do Rio de Janeiro em especial, já que estamos no Regime de Recuperação Fiscal, nós só conseguimos conceder os benefícios que estejam no convênio Confaz. Mas nós já temos na nossa cartela, no nosso passivo, diversos benefícios fiscais que não foram inventados no governo Claudio Castro. Esses benefícios já causam um impacto ao erário estadual há décadas. Eles vêm sendo implementados e onerando a Fazenda Estadual há muitos e muitos anos.

Nós precisamos, aqui, tomar a responsabilidade de todos os agentes públicos do Estado do Rio de Janeiro para enfrentar e achar as portas de saída para essa crise fiscal que não está anunciada, ela está consagrada para o Orçamento de 2024.

Aqui no Parlamento, liderados pelo Deputado Vitor Júnior, eu, o Deputado Luiz Paulo, o Deputado Andrezinho Ceciliano e o Deputado Fred Pacheco estamos integrando a Frente Parlamentar que pretende renegociar as dívidas, auxiliar na renegociação da dívida do Estado do Rio de Janeiro e dos municípios com a União, o que é uma medida que, eu diria, não apenas necessária, mas vital para Estado do Rio de Janeiro e para os municípios.

Todos nós, além do Parlamento, também temos que enfrentar as nossas responsabilidades frente às dificuldades. Uma delas é a revisão dos 22 bilhões de reais de benefícios fiscais. Final de contas, é um orçamento de renúncia maior do que o orçamento somado da Saúde e da Educação. É uma questão de razoabilidade não deixar de cobrar os recursos, antes de cortar os investimentos e os gastos de serviços essenciais.

Já em 2 de junho de 2023, eu tive o cuidado, considerando as demonstrações contábeis, a publicação do RREO e do relatório de gestão fiscal, de solicitar à Secretaria de Estado de Fazenda - através do OFÍCIO 114/2023/GDVC, a *listagem, a publicação dos benefícios fiscais* das Pessoas Jurídicas que estão dentro e fora do território do Estado do Rio de Janeiro, mas que gozam dessas benesses. Agora, na Comissão de Orçamento, no voto do Deputado André Corrêa, que é o presidente daquele colegiado, ao parecer prévio da LOA, nós solicitamos que se faça cumprir a disposição presente na Lei de Diretrizes Orçamentárias, precisamente em seu artigo 13, que impõe a publicação desses benefícios.

Outra questão é a análise das contrapartidas socioeconômicas e ambientais dos benefícios previstos na Lei 8445, de 2019, porque nós precisamos de uma avaliação. Nós estamos dando os benefícios, mas quais são as contrapartidas sociais, econômicas e ambientais que estão sendo devolvidas à população do Estado do Rio de Janeiro?

Então, para que continuemos seguindo juntos na mesma direção e não parar por aqui eu concedo um aparte ao meu ecovizinho, Deputado legalista Carlos Minc.

O SR. CARLOS MINC - Deputado, primeiro, quero cumprimentá-lo pelo esforço na questão da frente da juventude, dos jovens e pela lei sancionada que garante o estágio probatório contando como experiência profissional para garantir a entrada dessa juventude no mercado de trabalho.

Sobre os pontos que V.Exa. levantou, em alguns fiz comentários quando o Deputado Luiz Paulo falava, momento em que também pedi um aparte.

Quero dizer que V.Exa. está coberto de razão. Nós, mesmos, não somos contrários ao benefício fiscal que comprovadamente deu um retorno para a sociedade em empregos, impostos, atividades decorrentes na cadeia produtiva como um todo.

O que acontece é que vários desses que não dão esse retorno continuam eternamente, parece que politicamente e economicamente é mais fácil dar do que tirar. Uma vez que se concede, mesmo não tendo a comprovação do ganho que a sociedade tem, parece que as forças políticas se movimentam, lobbys, para dizer: “Não, espera, não mexe nisso.” Assim, a coisa ferve.

Só quero acrescentar, e concordando com vosso raciocínio, em relação a outro ponto que poderia melhorar a receita, que é a questão da cobrança das dívidas. Inclusive, tenho uma lei aprovada em coautoria com o Deputado André Ceciliano - atualmente trabalhando com o Governo Lula, foi Presidente desta Casa muitos anos, todos nós temos uma recordação muito boa do nosso camarada André Ceciliano - que obriga a divulgar mensalmente a lista dos maiores devedores, pessoa física e jurídica. Depois de muita briga do *Cumprase*, está sendo cumprida na página da Fazenda.

O que acontece? O objetivo dessa lei era dizer o seguinte: “olha, essa turma que deve muito há muito tempo, primeiro apertar os nossos procuradores para irem atrás e cobrar essa dívida. Depois não dar incentivos ou benefícios para aqueles que devem bilhões ao nosso estado.”